Relações gramaticais na fala culta de São Paulo

Marilza de Oliveira /USP

1. A crise pronominal: problemas no ensino

Seja pela análise das Gramáticas seja pela leitura das redações dos alunos ou até mesmo pela dificuldade no momento de escrever a um amigo, observa-se que o sistema pronominal do Português do Brasil está em crise e, pior do que isso está pondo em crise os falantes quando eles se acham em uma situação de fala formal ou quando se põem a elaborar um texto escrito.

Tomemos como exemplo duas funções sintáticas: a do sujeito e a do objeto direto. Vários trabalhos têm apontado que o Português do Brasil está em processo de mudança, tendo-se evidenciado a tendência a usar o pronome na posição de sujeito e de apagá-lo na posição de objeto. Para ilustrar esse aspecto, vou me utilizar, sempre que possível, de dados de fala culta de São Paulo extraídos do Projeto NURC.

Vejamos um exemplo da posição de sujeito:

1. Agora **o menino** gosta muito de mecânica (**cv**) gosta muito de mexer com coisas... e (**cv**) gosta mais da parte prática porque **ele** vive no mundo da lua, sabe? **Ele** é muito distraído e (**cv**) não gosta de estudar...**Ele** é capaz mas (**cv**) não gosta de estudar. E **ele** gosta muito de desmontar coisas e (**cv**) montar. **Ele** descobre o porquê das coisas. Agora... **ele** quer ser mesmo, pelo gosto dele, **ele** gostaria de ser jogador de futebol, não é? Então **ele** torce pelo Palmeiras. (NurcSP/D2/Inq360)

Nesse pequeno trecho de fala, há oito retomadas pronominais do antecedente “o menino” e há cinco casos de elipse do sujeito, que chamamos de categoria vazia. Os cinco casos de elipse se dão em dois contextos: na repetição do mesmo verbo (gosta de mecânica; gosta de mexer; gosta da parte prática) e na segunda coordenada (Ele é muito distraído e (cv) não gosta de estudar; ele é capaz mas (cv) não gosta de estudar). Nesses dois contextos, a elipse é comum nas diferentes línguas. Em outras palavras, excluindo esses contextos de “universalidade” de elipse do sujeito, o que temos no Português Falado Culto da cidade de São Paulo é o preenchimento pronominal do sujeito: O menino gosta de mecânica. Ele vive no mundo da lua. Ele é muito distraído. Ele é capaz. Ele gosta muito de

desmontar coisas. Ele descobre o porquê das coisas. Ele quer ser mesmo, pelo gosto dele, ele gostaria de ser jogador de futebol. Ele torce pelo Palmeiras.

A presença do pronome de 3ª. pessoa ainda se faz presente para retomar o sujeito duplicando-o. Esta duplicação ocorre quando o sujeito é referencial, com traço animado ou inanimado, e os dois elementos, sintagma nominal e pronome podem ou não estar adjacentes. É o que se observa nos exemplos (2-5):

2. Então **a minha de onze anos**…**ela** supervisiona o trabalho dos cinco (D2, Inq360)
3. Então aí no caso **a inteligência ela** estaria ligada a todo o desenvolvimento do indivíduo (EF, Inq377)
4. **O estudante** que se dedicou à Engenharia... Agronômica **ele** gosta...do interior (D2, 360)
5. **A televisão** sendo estatal **ela** é muito uniformizada (D2, Inq333)

Diferentemente do que ocorre na posição de sujeito, temos o esvaziamento da posição de objeto. Tomemos o seguinte diálogo entre os locutores A e B como exemplo:

6. A: eles não querem que devastem as áreas amazônicas...devido às vastas florestas tudo por causa da poluição...você acha que seria justo nós conservarmos **aquilo**?
   B: precisa manter o oxigênio do mundo, né?
   A: e nós é que deveríamos conservar (**cv**)? Que que você acha? O pessoal, todo mundo cortou (**cv**), progrediu... (D2, Inq62)

A primeira categoria vazia (e nós é que deveríamos conservar cv) está no lugar de um pronome que deveria retomar o antecedente “aquilo”, que resume “florestas”. A segunda categoria vazia (todo mundo cortou cv) está no lugar de um sintagma nominal “árvores”, um elemento que não está explicitado no texto e que é inferido a partir da palavra “florestas”.

Essas são duas das características do Português Brasileiro: realização pronominal do sujeito e apagamento do objeto. Na passagem da fala para a escrita, e a escola tem papel central na aquisição da escrita, a escolha por uma forma lingüística recai numa norma que não se acha em sintonia com a atual modalidade de fala das pessoas cultas. No caso específico em análise, privilegia-se o apagamento do sujeito e o preenchimento do objeto.

Cobrando a coesão dos textos, o professor tende a mostrar ao aluno que ele deve preencher a posição de objeto. Aí temos um complicador: o preenchimento do objeto deve ser feito com o pronome de caso oblíquo acusativo e não com o pronome de caso reto. O problema é que o aluno desconhece o paradigma de pronomes oblíquos.

Ainda sob a cobrança da coesão textual, insiste o professor, o pronome na posição de sujeito deve ser apagado, uma vez que a flexão verbal já é um indicador referencial.

Se o texto adquirisse autonomia, fosse totalmente independente de seu produtor, talvez o uso de uma borracha como procedimento de apagar o pronome na posição de sujeito resolvesse a questão. Mas não é bem assim. O aluno, como produtor do texto, percebe que o puro e simples apagamento do pronome torna o texto "manco". Infelizmente, o aluno não tem informação de que a retomada de um referente pode ser feita por meio de recursos lexicais, que, além de auxiliar na construção de sentido, reapruma o texto. Sem o auxílio dessa estratégia, o texto fica realmente manco.

Esse apaga-daqui e preenche-dali é sentido pelo aluno como um processo aleatório. Como as correções feitas pelo professor são indícios de que não se trata de um processo aleatório e como essas correções normalmente não são acompanhadas de explicações, o aluno entra em crise. Assim é que não é absolutamente raro encontrar falantes do português que afirmam não saberem português. Existe contra-senso maior do que ouvir um falante dizer que não sabe sua língua materna quando sabemos que ele a usa para construir seu pensamento, para registrar seus sentimentos, para armazenar e transmitir informações?

É pensando nesse contra-senso que oriento a discussão do tema proposto pela noção de conhecimento internalizado.

2. Adquirindo em casa e aprendendo na escola

De acordo com Noam Chomsky (1986), a linguagem é um sistema de conhecimentos interiorizado na mente humana. Dentro deste paradigma, há na mente do falante um conhecimento lingüístico que lhe permite ter intuições de natureza fonológica, sintática e semântica sobre sua língua. A esse conhecimento internalizado, que é de natureza mental, Chomsky dá o nome de Língua-I, opondo-o ao conjunto de frases e expressões proferidas, que configuram a Língua-E, ou seja, a gramática exteriorizada.

No processo de aquisição da língua materna, o que está ao alcance da criança é apenas a Língua-E, pois a criança tem acesso apenas ao que é ouvido, i.e. ao que é exteriorizado. É a partir da Língua-E dos adultos que a criança vai construir sua Língua-I. No nosso caso específico, os pronomes oblíquos acusativos não se acham presentes nos enunciados proferidos pelos adultos, pelo menos não de modo freqüente ou consistente. Ao contrário, o seu aparecimento é muito esporádico. O contato regular com esses pronomes se dá ou deveria se dar na escola. A sua assimilação vai depender dos textos a que o aluno tem acesso e não mais ao ambiente lingüístico familiar. A esse tipo de assimilação, Kato (1999) dá o nome de processo de aprendizagem. Temos, portanto, de um lado o processo de aquisição natural, que se dá em ambiente lingüístico "caseiro" (é totalmente "calcada" nos dados que fazem parte da modalidade de fala dos adultos que convivem com a criança) e de outro o processo de aprendizagem, que se dá principalmente por meio da escola (é "calcada" na modalidade escrita).

No entender de Kato, os pronomes oblíquos são aprendidos como morfologia estilística e não passam a fazer parte da Língua-I da criança. Fica a questão: será que o uso estilístico também não depende da internalização da gramática? Antes de responder a essa questão, acho que devemos explorar mais as formas de realização do sujeito e do objeto. Comecemos pelo sujeito.

3. A realização do sujeito

Não é apenas a terceira pessoa, aquela cujo referente pode ser retomado por um item lexical, por um epíteto, que passou a ser preenchida pronominalmente. Observe-se, porém, que a retomada do antecedente por um epíteto nem sempre resolve a questão. É o que acontece nas sentenças de duplo sujeito, em que o epíteto não exclui o pronome. Basta comparar as frases:

2. a. Então **a minha de onze anos**... **a danadinha** supervisiona o trabalho dos cinco.
   b. Então **a minha de onze anos**...**a danadinha**...**ela** supervisiona o trabalho dos cinco.

Apesar disso, se a pronominalização acontecesse apenas com a 3ª. pessoa, o nosso problema seria pequeno, pois estudos como o de Duarte (1995) e de Negrão & Muller (1996) têm mostrado que essa é a pessoa que menos passa pelo processo de preenchimento. A realização pronominal da posição de sujeito atua fortemente na 1ª. e na 2ª. pessoas. E, ao contrário da 3ª. pessoa, sai do âmbito da referência definida. Vou me ater a casos de 2ª. pessoa para exemplificar a extensão do fenômeno:

7. O dia que faz as quatro estações no mesmo dia...é horrível né? **Você** sai de manhã. **Você** sai agasalhado. Na hora do almoço, **você** precisa sair um pouquinho para ir fazer qualquer negócio seu particular. (**cv**) está com um roupão lá, um calor tremendo, aí **você** tira a gravata (**cv**) tira isso... Chega a tarde...aquela chuva, aquele frio... profissionalmente para mim não... Agora **VOCÊ,** não sei. **VOCÊ** tem carro, não sei qual é o seu problema, se **VOCÊ** tem essas dificuldades que eu sinto. **VOCÊ** só deve sentir no trânsito e... Que que **VOCÊ** acha? (NurcSP/D2, Inq 62)

Neste trecho de fala o pronome "você" é usado com referência definida (Agora VOCÊ não sei, VOCÊ tem carro. Não sei qual é o seu problema, se VOCÊ tem essas dificuldades que eu sinto. VOCÊ só deve sentir no trânsito. Que que VOCÊ acha?), mas é usado com referência arbitrária (indefinida) também (Você sai de manhã. Você sai agasalhado. Você precisa sair um pouquinho. Você tira a gravata). Isto significa que o pronome "você" está fazendo as vezes da partícula "se" no processo de indeterminação do sujeito de frases finitas (Sai-se de manhã. Sai-se agasalhado. Tira-se a gravata).

A indeterminação do sujeito, que o pronome "você" pode codificar, é registrada também em frases não-finitas, contexto lingüístico que, segundo a gramática normativa, não requer nem mesmo a presença da partícula "se" de indeterminação do sujeito. Vejamos dois exemplos:

8. Você vê, dentro da profissão do vendedor, a coisa mais difícil é **você** manter realmente o indivíduo..eh..oito horas em contato direto com os clientes (D2, Inq62)

9. Agora, não é simples **você** usar computador, como não é simples calcular (D2, Inq343)

A marcação de indeterminação do sujeito nos leva à partícula “se”. De acordo com a gramática normativa, esse elemento deve aparecer em frases finitas, isto é, na presença de um verbo flexionado e tem a função de “extrair”, “eliminar”, vamos dizer assim, a referencialidade indicada pela flexão. Em frases não-finitas, a partícula de indeterminação de sujeito é excluída. A razão é simples: uma vez que o verbo não traz marcas de flexão, também não é necessário o uso da partícula que indetermina o sujeito, ou seja, da partícula que “retira” da flexão a identificação do sujeito.

Entretanto, os falantes cultos do Português de São Paulo usam a partícula “se” exatamente nas frases não-finitas, em franca discordância com a postulação da gramática normativa. É o caso do exemplo (10):

> 10. Então choca demais...aquela paulista quatrocentona que ele faz bem grifado... aliás de uma maneira um pouco calcada demais, porque esse tipo acho que já se diluiu nem existe mais...mas...fica fica muito falso ver-**se** então..uma paulista...eh que faz questão de morar na casa em que moraram seus ancestrais (D2, Inq333)

Em princípio, poderíamos dizer que o emprego do “se” em (10) é um simples caso de hipercorreção, afinal, a partícula aparece em posição de ênclise ao verbo, uma colocação pronominal que não é típica do Português Brasileiro. Entretanto, esse elemento pode aparecer, e é mais freqüente que isso aconteça, anteposto ao verbo:

> 11. [Retratar a rainha Elizabeth] é mais difícil do que você criar uma figura de mulher qualquer, que você pode distorcer da maneira que você bem entender, que você pode pintar de vermelho. Não precisa **se** manter a cor da tez, uma rosa, porque é muito difícil... (EF405)

A presença do “se” em frases não-finitas para marcar indeterminação do sujeito é cada vez mais constante não só na modalidade falada como na modalidade escrita do Português de São Paulo. Não o vejo simplesmente como um caso de hipercorreção. Qual seria a explicação para esse fenômeno lingüístico?

4. Uma digressão: de *se* em *se*

De acordo com a gramática normativa, há dois tipos de partícula “se”, o apassivador e o indeterminador. O primeiro aparece com verbos transitivos e caracteriza-se por manifestar concordância verbal com o único argumento explicitado (12a). O segundo ocorre com verbos intransitivos (13), transitivos indiretos (14) e com a cópula (15):

12. a) Alugam-se casas. b) Aluga-se casas.
13. Vive-se bem neste país.
14. Precisa-se de empregadas.
15. É-se feliz quando se é jovem.

Entretanto, é notória a falta de concordância verbal nas construções com *se* apassivador (12b). Uma pesquisa diacrônica realizada por Nunes (1990) revelou que a realização da concordância verbal nessas construções passou por um processo de mudança entre os séculos XVIII e XIX. No século XVIII, a falta de concordância verbal estava em torno dos 19%, índice que é profundamente alterado, passando a 62% no século XIX e 84% no século XX:

Passivas pronominais: discordância entre verbo e argumento interno por período de tempo (Nunes 1990:76)

Período de Tempo	%	Apl/Total
Séc. XVI	0	0 / 8
Séc. XVII	13	2 / 16
Séc. XVIII	19	30 / 154
Séc. XIX	62	16 / 26
Séc. XX	84	21 / 25
Total	30	69 / 229

Esses dados mostram claramente que a concordância verbal não caracteriza mais as construções com “se” com verbos transitivos diretos no Português Brasileiro. A perda da concordância verbal nesses casos é uma evidência de que os falantes atribuem a interpretação arbitrária/indeterminada a essas construções. Em outros termos, teria havido uma expansão das construções com “se” indeterminador para o contexto das construções passivas.

As mudanças não param por aí. Este “se” indeterminador em sentenças com verbos transitivos está passando pelo processo de apagamento, fato atentado por Galves (1987). Eis alguns exemplos:

16. Nos nossos dias não usa_ mais saia.
17. Aí põe_ o camarão naquele refogado rapidamente, só mexe_ o camarão. Depois dele limpo, tira-se o lombinho. (PA-D2-291)
18. Aí retira_ os dois e serve-se. (PA-D2-291)

De acordo com Nunes, o percentual de apagamento do “se” beira os 79% em contexto de entrevistas e é sensível ao nível de escolaridade. O apagamento é da ordem de 93% na fala de informantes de 1º. e 2º. grau e cai para 47% na fala de pessoas de 3º. grau.

Paradoxalmente, à queda do “se” nas sentenças finitas segue-se a sua inserção nas sentenças não-finitas, como nas sentenças (10-11) acima, fato também apontado por Galves. Como teria ocorrido essa “troca”? O que teria provocado o apagamento de “se” nas sentenças finitas e a sua inserção nas sentenças não-finitas? A meu ver, essa mudança está associada a outra: a mudança na posição dos clíticos.

Alguns trabalhos (Cyrino 1994, Pagotto 1993) mostraram que a locução verbal foi um contexto crucial para a mudança na posição do pronome átono no Português do Brasil. Na presença de uma locução verbal, o pronome átono pode aparecer em quatro posições diferentes: i. ênclise ao primeiro verbo (19a), ii. ênclise ao segundo verbo (20a), iii. próclise ao primeiro verbo (19b) e iv. próclise ao segundo verbo (20b):

19. a	Quero-te ver.	b.	Te quero ver.
20. a	Quero ver-te.	b.	Quero te-ver.

A posição proclítica ao segundo verbo (20b) é a preferida no Português do Brasil. Essa é uma das posições que encontramos para o “se”:

21. Verificou-se uma regularidade desses resultados, então, **se pôde construir** padrões, né? **Pôde se estabelecer** padrões (EF, Inq377)

Em (21) “se” marca a indeterminação do sujeito do verbo flexionado, entretanto, ora aparece proclítico ao primeiro verbo e ora aparece proclítico ao segundo verbo. A próclise ao segundo verbo, uma hipótese a ser melhor investigada, pode ter levado os falantes a reanalisarem o emprego do “se”, que passou a marcar a indeterminação do sujeito em verbos não-finitos:

pôde se-estabelecer > para se estabelecer

Concomitantemente a esse novo uso do “se”, ocorreu a extensão do uso do pronome “você” codificando sujeito indeterminado, como vimos nas sentenças (8-9). Ocorre que esse pronome passou pelo processo de redução fonética, atingindo a forma “cê”. É o que temos na sentença (22):

22. Como um sádico antes judiando lá de um nego de outro tal... é difícil **se você** conseguir colocar um um cara na posição de Robespierre (D2, Inq343)

A presença de “se” seguido de “você” em (22) pode ser indício de que o falante interpretou “se” como a forma reduzida “cê”, reformulando-o na forma plena “você”. Em outras palavras, parece-me que estamos assistindo a um processo de analogia entre a partícula de indeterminação “se” e a forma “cê”, redução do pronome “você, em contexto de indeterminação de sujeito[1]. Contra essa hipótese há o argumento de que “cê”, redução de “você”, não ocorre depois de preposição[2]:

23. Ele falou de você / ocê / *cê.
24. A Maria telefonou para você / procê / *para cê / *pô cê.

[1] Vitral & Ramos (1999) consideram que a forma *você* está se gramaticalizando: você [+definido] > você [-definido] > você [expletivo]. A forma *cê* segue o pronome que lhe deu origem, mas não adquiriu, ainda, a função expletiva.

[2] Além disso, as características fônicas de *cê* e de *se* são diferentes. Do ponto de vista fonológico, *cê* não se comporta como clítico. Entretanto, é possível que a analogia entre os dois clíticos tenha se dado na escrita, o que elimina o problema da diferença fonológica.
Outro problema está no fato de que *cê*, ao contrário de *se*, precede a partícula negativa. Essa característica, porém, não impede que *cê* seja considerado um clítico sintático. O seu comportamento difere de *se*, pelo fato de não configurar um clítico verbal. (Vitral 1996)

Entretanto, a preposição que antecede um verbo não finito pode não ser exatamente uma preposição, mas uma conjunção, como no caso de “para”. O Português Brasileiro admite as formas “para eu dormir”, em que “para” se comporta como conjunção, e “para mim dormir”, em que “para” se comporta como preposição.

No caso da opção pela partícula “se”, o falante usa uma forma não-finita do verbo e no caso da opção pelo pronome “cê” o falante usa uma forma finita do verbo. Do ponto de vista fonético, não há diferença aparente, ou seja, como o morfema que marca a flexão de terceira pessoa do infinitivo pessoal é zero, o falante não tem dados fonéticos que possam distinguir as duas construções. Do ponto de vista da escrita, há uma certa resistência quanto ao uso da forma “cê”. Como conseqüência disso, tem-se a generalização da forma “se”, que, no meu entendimento, é uma mistura da partícula e da forma reduzida de “você”.

5. Recuperando o sujeito realizado

Além de ser identificado como um elemento referencial (de traço definido e/ou indefinido), como os casos que acabamos de observar, o pronome “você” pode ser interpretado como um elemento não-referencial. Assim, destituído de conteúdo semântico, o pronome “você” passa a ocorrer em sentenças impessoais. Vejamos um exemplo:

> 25. A imagem não foi feita...para decorar a caverna... ou para ser vista por outras pessoas, certo? Por exemplo, numa igreja hoje **você** tem imagens que representam uma idéia religiosa, uma série de coisas mas que estão lá para ser vistas... (EF405)

Em (25) o verbo “ter” não codifica a noção de posse, mas de existência, portanto, temos um caso de sentença impessoal. Ainda que se trate de um verbo que não seleciona argumentos, temos o pronome “você” na posição de sujeito. Esse pronome é aqui completamente destituído de conteúdo semântico. É um elemento não-argumental, pois não é selecionado pelo verbo. A sua única função é preencher a posição sintática do sujeito, de maneira semelhante ao que acontece em línguas como o inglês e o francês em *There are pictures* ou *Il y a images*, por exemplo.

Os casos de “você” que vimos analisando mostram que esse elemento adquiriu diferentes funções. Não se trata apenas de um elemento referencial que codifica o

interlocutor X; “você” pode codificar um interlocutor indeterminado e pode não codificar interlocutor nenhum. A partir do momento em que deixa de codificar semanticamente o sujeito e passa a codificá-lo sintaticamente, “você” ganha um estatuto novo na gramática e ele não poderá ser substituído por nenhum recurso lexical, estratégia de que podemos lançar mão para substituir o pronome “ele”, no processo de busca de coesão textual.

Bom, o professor normativo dirá: podemos apagar o pronome no contexto impessoal. Ele não faz falta. É verdade. Não faz falta mesmo, para o professor, cuja Língua-I deve ser aquela que fez a opção pelo sujeito nulo, pelo uso da categoria vazia na posição de sujeito, e que tem acesso irrestrito a textos que privilegiam o apagamento do sujeito. Agora, para o aluno que tem acesso apenas à Língua-E dos adultos, que recheia a posição de sujeito com elementos pronominais com e sem conteúdo semântico, o processo de apagamento do sujeito não tem o menor sentido. Assim como não tem sentido apagar a preposição em frases como:

26. Gostei __ o filme.
27. Penso __ você todos os dias.
28. Sonhei __ ele.

A sua Língua-I já está estabelecida em relação ao uso positivo do sujeito pronominal e não tem como voltar atrás sem que se forneçam dados lingüísticos fortemente indicadores do sujeito nulo. A simples insistência no apagamento do pronome constitui uma violência, que provoca sentimento de ódio, repulsa e medo de sua própria língua.

A mesma dificuldade se encontra no processo contrário: o do preenchimento da posição de objeto. Passemos à descrição do fenômeno.

6. A não-realização do objeto

O Português Falado Culto de São Paulo apresenta pelo menos três variantes para a posição de objeto anafórico com antecedente de traço [+animado]: i. a categoria vazia; ii. o pronome átono e iii. o pronome tônico:

29. Ela faz ginástica rítmica...então ainda eu hesito em pôr (**cv**) no balé, mas vou ter que pôr (**cv**) sabe? (D2, Inq360)

30. ...é uma menina ordeira...gosta de desenho... quer dizer que eu tenho a impressão...que...não...não **a** testei ainda...não é? Ah... ah na/ não **a** testei com... como normalmente se faz né? Submetê-**la** a uma psicóloga e tudo o mais... (D2, Inq360)

31. É tão raro...que o ator nosso tenha esses dois predicados, saiba interpretar e tenha uma boa voz e conhecimentos musicais, que eu disse a ela que ela, ah, ela, ainda não se conhecia **ela** ainda não tinha se percorrido porque ela ainda poderia ser... a estrela de um grande musical (D2, Inq333)

De acordo com os estudos feitos por Duarte (1986), o pronome tônico tende a aparecer em estruturas complexas, isto é, na presença de um predicativo (Eu acho **ela** sensacional) ou seguido de sentença (Então o marido proibiu **ela** de trabalhar. Eu deixei **ele** ir ao cardiologista sozinho há muito tempo.). O pronome átono tem sempre um percentual baixíssimo de freqüência.

Essas mesmas variantes são encontradas para o objeto de traço [-animado], com predomínio da categoria vazia, que atinge o patamar superior ao dos 75% de freqüência:

32. E tem mãe também né? Aquela previsão infalível né? Sua mãe né? "Leva guarda-chuva vai chover olha o céu como está". É certeza que chove sabe que geralmente mãe não erra né? Você nunca leva (**cv**) entende? É fogo. Você não pode se você for se guiar...serviço de metereologia ninguém acerta (**cv**). (D2, Inq62)

33. As primeiras tarefas são tarefas fáceis... os indivíduos conseguem realizá-**las** (EF, Inq377)

34. Não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha...certo? nós temos uma linha, coitadinha, não sei se dá para chamar **ela** de metrô (D2, Inq343)

O uso do pronome átono para retomar sentenças (34) ou para retomar predicativo do sujeito (35) deixou de ser uma opção no Português de São Paulo:

35. a. O filho é malandro, mas a mãe não sabe [**que o filho é malandro**].
    b. O filho é malandro, mas a mãe não **o** sabe.

36. a. A mais velha é arteira, mas espera-se que a mais nova não seja [**arteira**].
    b. A mais velha é arteira, mas espera-se que a mais nova não **o** seja.

Enfim, quanto à representação do objeto direto anafórico, observamos que o pronome átono, doravante clítico acusativo, tem uso limitadíssimo. Aparece quando o referente é [+animado] e é praticamente extinto com antecedentes de traço semântico [-animado]. O uso do clítico acusativo na fala de paulistanos não ultrapassa os 5% (Duarte 1986). O que os dados mostram é que uma criança adquirindo o português paulista é exposta a um reduzidíssimo uso do clítico acusativo. O maior contato com o clítico acusativo de terceira pessoa se dá durante o processo de escolarização e sua aprendizagem se dá primeiro na escrita (Corrêa 1991).

Ressalte-se ainda que se o pronome tônico é fortemente estigmatizado na posição de objeto, o pronome átono carrega a pecha de "pedante" (Duarte, op.cit.). Inadequado a situações informais, o pronome átono só pode ser aprendido como morfologia estilística (Kato 1999). Resta discutir como o pronome átono é aprendido e se sua aprendizagem se dá apenas em nível de Língua-E (Kato, op.cit.).

7. A colaboração do sujeito para a realização do objeto

A aplicação de testes em uma escola pública da zona norte de São Paulo apontou as trilhas perseguidas pelo aluno no processo de aquisição do clítico acusativo de 3ª. pessoa. Após a leitura de um texto recheado de clíticos acusativos com diferentes traços semânticos e com diferentes estruturas morfossintáticas, solicitou-se aos alunos que o reescrevessem o mais fiel possível. Objetivava-se observar o clítico que seria "retido" pelos alunos. O trabalho, desenvolvido por Cordeiro (2004), mostrou que:

i. Os alunos se guiam pela hierarquia referencial (Cyrino, Duarte e Kato 2000)[3]. Os alunos da 5ª. e 6ª. série do Ensino Fundamental recuperam o

[3] As autoras propõem a seguinte hierarquia referencial, seguida da hipótese de mapeamento implicacional:

não-argumento	proposição/predicado	[-humano	[+humano]
3ª. p.	3ª. p.	3ª. p.	3ª.p. 2ª. p. 1ª. p.
[-específico]			[+específico]
[-referencial]			[+referencial]

De acordo com a hipótese do mapeamento implicacional:

a) quanto mais referencial, maior a possibilidade de um pronome lexical, não-nulo;
b) uma variante nula em um ponto específico da escala implica uma variante nula à sua esquerda, na hierarquia referencial.

clítico [+animado], os da 7ª. série dão um passo a mais, recuperando o clítico [-animado] e os da 8ª. recuperam o clítico sentencial;

ii. a aprendizagem do clítico se pauta na estrutura de sujeito duplo (2). Em sua produção livre, os alunos tendem a realizar a duplicação do objeto:

37. eles **a** picaram **elas** (7ª.EF)
38. ter **o** roubado **o osso** (7ª.EF)
39. Começaram a acusa-**la** **<u>as ovelhas</u>**, as pobres coitadas (3º. EM)

Em outras palavras, a estratégia utilizada pelos alunos no processo de aprendizagem do clítico acusativo se apóia em um fato lingüístico que lhes é familiar, ie. que faz parte de sua Língua-I, mas que a gramática normativa desconhece: a estrutura de sujeito duplo. Isso significa que a gramática internalizada é acionada no processo de aprendizagem da morfologia estilística. Está aí o perigo de o professor normativista insistir cegamente no apagamento do pronome na posição de sujeito. Perdida esta âncora, o aluno perde a bússola que o guia na aprendizagem do clítico acusativo de 3ª. pessoa.

O que o professor deve fazer, então? Como o aluno não está exposto aos dados da variedade do português escrito culto, o professor deve facilitar o acesso do aluno aos dados, investindo na busca de textos que representem bem um determinado fato lingüístico. O contato com o uso efetivo da língua é crucial. Para isso, o professor deverá operar no âmbito da modalidade falada e da modalidade escrita da língua portuguesa, com o auxílio de textos teatrais, contos e crônicas que apresentam boas narrativas. Este tipo de atuação, certamente, trará mais êxito do que a insistência no apagamento ou na inserção pronominal, sob o rótulo, muitas vezes apenas um rótulo para o aluno, da coesão textual.

Referências bibliográficas

CASTILHO, A. & PRETI, D. (1986) (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo.* Vol. 1. Elocuções Formais. T.A. Queiroz: São Paulo.

CASTILHO, A & PRETI, D. (1987) (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo.* Vol. 2. Diálogos entre dois informantes. T.A. Queiroz: São Paulo.

CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York, Praeger.

CORDEIRO, R. (2004) A aprendizagem dos clíticos acusativos de 3ª. pessoa. Dissertação de mestrado, USP.

CORRÊA, V. (1991) *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP.

CYRINO, S. (1994) *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP.

_____ DUARTE, M.E.& KATO, M. (2000) Visible Subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese. In Mary Kato & Esmeralda Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Vervuert/Iberoamericana: Frankfurt/Madrid.

DUARTE, M.E.. (1986) *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUC-SP.

_____ (1995) *A perda do princípio Evite Pronome no Português Brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP.

_____ (2000) The loss of the "Avoid Pronoun" Principle in Brazilian Portuguese. In M. Kato & E. Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Vervuert: Frankfurt, pp. 17-36.

GALVES, C. (1987) A sintaxe do Português Brasileiro. In Estudos de Ling6uística, 13.

KATO, M. (1999) Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: Grimm Cabral, L. & J. Morais (orgs.) *Investigando a linguagem. Ensaios em homenagem a Leonor Scliar-Cabral*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

NEGRÃO, E. & MÜLLER, A. L. (1996) As mudanças no sistema pronominal do Português Brasileiro: substituição ou especialização de formas? D.E.L.T.A. 12:125-52.

NUNES, J. (1990) *O famigerado se: uma análise sincrônica de diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado. Unicamp.

PAGOTTO, E. (1993) Clíticos, mudança e seleção natural. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp.

VITRAL, L. (1996) A forma *cê* e a noção de gramaticalização. In Revista Estudos da Linguagem 4 (1):115-124.

VITRAL, L. & RAMOS, J. (1999) Gramaticalização de *você*: um processo de perda de informação semântica? In Filologia e Lingüística Portuguesa 3: 55-88.